



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026– COLIC/TCE/MA

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, TCE – MA, Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 06.989.347/0001-95, com sede na Av. Carlos Cunha, S/N, Jaracaty, São Luís – MA, CEP: 65076-820, torna público que a Coordenadoria de Licitações e Contratos – COLIC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (PE), com critério de julgamento de MENOR PREÇO, por Item Único, de ampla participação, visando a contratação de empresa especializada em Segurança Privada para a prestação dos serviços de Vigilância Patrimonial, armada, nos termos Lei Nº 14.967, de 09 de setembro de 2024, Lei de Licitações e Contratos nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as especificações e condições previstas neste Edital e seus anexos, Termo de Referência com o respectivo Anexo I.

Órgão Interessado:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO – TCE/MA

Processo Administrativo: 25.001235

Modo de Disputa: **Aberto**

Critério de Julgamento: **Menor Preço, por Item Único**

Objeto: Contratação de empresa especializada em Segurança privada para a prestação dos serviços continuados de Vigilância Patrimonial, armada, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE-MA, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, sito na Av. Carlos Cunha s/n – Calhau, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, Termo de Referência com o respectivo Anexo I.

LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

O presente Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>

Recebimento das Propostas: Início 03/03/2026.

Término 17/03/2026 às 09:00h (Horário de Brasília)

Sessão pública: 17/03/2026, às 09:00h (Horário de Brasília)

Código UASG: 925309

Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto “Horário Local”.

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

Dia: Segunda a sexta-feira

Horário: 08h às 14h (Horário local)

Local: Sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos (COLIC), Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís-MA, CEP: 65.076-820.

E-mail: cl@tcema.tc.br Fone: (98) 2016-6006 / 2016-6087 / 2016-6089

O Edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: <http://www.gov.br/compras/pt-br/> ou www.tcema.tc.br.

André Luis Lisboa Guimarães

Agente de Contratação TCE/MA

Portaria nº 78/2026 – TCE/MA, de 26/01/2026

Este instrumento contém:

Edital e seus anexos com 35 páginas

Senhores(as) Licitantes,

Toda comunicação entre o TCE/MA e Vossa Senhoria, deverá, preferencialmente, ser encaminhada para a Coordenadoria de Licitação e Contratos - COLIC/TCE/MA, por meio do e-mail: cl@tcema.tc.br ou presencial, sito, Av. Carlos Cunha s/n, Calhau, São Luís - Maranhão.

O não encaminhamento da comunicação nos moldes acima determinados, exime o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio de eventuais retificações e/ou esclarecimentos referentes ao instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em Segurança Privada para a prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial, armada, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, sito na Av. Carlos Cunha s/n – Calhau, com a finalidade principal de assegurar e impedir danos ao patrimônio de recursos Humanos e imobiliário do TCE-MA, conforme especificação, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, Termo de Referência com o respectivo anexo I.

1.2. A licitação será realizada por **Item Único** e a execução do objeto será nos termos previstos neste Edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência, sempre no escopo de atender ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão TCE – MA.

1.3. A presente licitação pretende assegurar e impedir danos ao patrimônio de recursos humanos e imobiliários deste Tribunal no decorrer da vigência contratual, com critério de julgamento de Menor Preço, por Item Único, sendo **o valor global estimado de R\$ 1.449.702,03** (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e três centavos), enquanto que o valor mensal está estimado em **R\$ 120.808,51 (cento e vinte mil, oitocentos e oito reais e cinquenta e um centavos)**, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.4. Em caso de discordância entre o Edital e as constantes no sistema COMPRASGOV, prevalecerão as descritas neste Edital e Anexos, Termo de Referência com o Anexo I.

1.5. Havendo Divergência entre a descrição do item no tocante ao CATMAT/CATSER, (catálogo eletrônico do comprasgov) e o Termo de Referência, no que couber, prevalecerá a descrição do item constante do Termo de Referência.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Exercício financeiro: 2026

Unidade Gestora: 020101 - TCE/MA

Fonte de Recursos: 15001010000 – Recursos não vinculados de Impostos

Ação: 2349 – Fiscalização Externa

Subação: 023565 - Manutenção

Natureza Despesa: 33.90.37. 23– Locação de Mão de Obra - Serviços de Vigilância Ostensiva

Valor R\$ 1.449.702,03

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Ficam impedidos de participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade incompatível com o objeto desta licitação e com sócios comuns concorrendo entre si, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declarados inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão ou impedimento do direito de licitar e contratar com o TCE/MA ou com o Estado do Maranhão.

3.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação nele definidos.

3.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

3.4. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro/Agente de Contratação de qualquer responsabilidade futura.

4. CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCE/MA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que provocados por terceiros.

4.3.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.4. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5. O cadastramento e a habilitação no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento do órgão/entidades que participam do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação.

4.6. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: 0800 978 9001 ou através do sítio: <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, em especial pelo sítio eletrônico <https://portaldeservicos.economia.gov.br/>.

5. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Deverão ser enviados ao Pregoeiro/Agente de Contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública via e-mail indicado no preâmbulo deste edital, sob pena de não conhecimento da impugnação.

5.2. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital devem ser apresentados pelo e-mail cl@tcema.tc.br ou, excepcionalmente, pessoalmente no endereço do prédio TCE/MA, localizado à avenida Carlos Cunha, Calhau, São Luís - MA.

5.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento de **Menor Preço Global**, por Item Único, adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, preferencialmente em formato PDF, e no Modelo de Proposta, Anexo I ao Edital.

6.1.1. Preço Global, expresso em reais, com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.1.2. Quantidade a ser registrada, nunca inferior ao total previsto para registro, dispostas no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

6.2. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração da prestação dos serviços licitados.

6.3. O lance deverá ser ofertado, pelo valor Global, para o Item único, sob pena de desclassificação.

6.4. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, disponibilizado no Sistema Eletrônico, devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações:

6.4.1 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura, podendo a Administração solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, sendo facultada ao licitante a aceitação.

6.4.2. O local e o Prazo de entrega atenderão os moldes do Termo de Referência.

6.5. Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração do objeto desta licitação, incluindo todos os tributos e demais despesas, seja qual for o seu título ou natureza e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

6.6. No cadastramento da proposta o licitante declarará, de acordo com a funcionalidade, em campo próprio do sistema comprasgov, no que couber, o que segue:

6.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.6.4. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;

6.6.5. Concordância com as condições estabelecidas neste Edital e que atende aos requisitos de habilitação;

6.6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.9. A falsidade da declaração referente aos itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

6.6.10. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.6.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.7.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores (item 8.5.1), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.7.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.7.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.7.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, posto que é adotado o critério de julgamento por menor preço;

6.8. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observada as normas específicas deste Edital.

6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Objetivando agilizar a formalização do contrato, o proponente deverá informar na proposta, o nome do representante que assinará o contrato, bem como o nº do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade, e-mail, telefone de contato comercial.

6.12. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos apresentados, **preferencialmente em PDF**, nesta licitação deverão:

- a) estar em nome do licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
- c) quando for o caso, ser apresentados em original, autenticada por servidor da COLIC/TCE, ou por cartório.

7.2. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações, na forma de regulamento, para demonstrar a **capacidade** do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- a) jurídica;



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

- b) técnica;
- c) fiscal, social e trabalhista;
- d) econômica e financeira;

7.3. A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante:

7.3.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

7.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

7.3.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

7.3.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.4. A demonstração da legitimidade do signatário da proposta se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

7.4.1. No caso de Procurador:

a) Instrumento de mandato público, ou;

b) Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, acompanhado de documento de constituição da empresa e alterações, conforme o caso onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

7.4.2. No caso de sócio-gerente:

a) Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

7.5. A Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.5.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS)** mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

7.5.2. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos;

7.5.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa ao ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, através da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

7.5.4. Prova de regularidade relativa a seguridade social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.5.5. Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da **Justiça do Trabalho**, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. A habilitação **econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

7.6.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei e regulamentos na data de realização deste Pregão, que visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices dispostos nos itens 7.6.2.1 e 7.6.2.2;

7.6.2.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um).

7.6.2.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.6.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.7. Qualificação Técnica

7.7.1. O Licitante deverá apresentar os documentos de qualificação técnica exigidos no item 12.2 do Termo de Referência e as Declarações previstas nos itens 10.7.1 a 10.7.3, referente à comprovação operacional do Licitante, de acordo com o Art. 67, Incisos II, IV, V e VI da Lei 14.133/2026.

7.7.1.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica mencionado no item 12.2 do Termo de Referência deverá estar acompanhado das informações da entidade emissora, necessárias à realização de possíveis diligências pelo



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

Pregoeiro/Agente de Contratação, tais como: Nome do responsável; endereço completo, incluindo o CEP, telefones e fac-símile, endereço eletrônico, etc. Caso a entidade emita o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica sem as informações descritas, a empresa poderá anexar folha contendo as informações complementares.

7.7.1.2. Será aceito o somatório de atestado para a comprovação da capacidade técnica, desde que seja demonstrada a execução concomitante da prestação dos serviços licitados.

7.7.1.3. As exigências legais para o exercício da atividade objeto da presente licitação, estão dispostas na Lei 14.967, de 09 de setembro de 2024.

7.7.2 Para a habilitação relativa à habilitação técnico-operacional o Licitante deverá apresentar as seguintes Declarações:

7.7.2.1. Declaração de que possui e que manterá escritório no município de São Luís, ou nos municípios Paço do Lumiar, Raposa ou São José de Ribamar, situados próximos à cidade de São Luís, onde é localizada a sede do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão onde serão prestados os serviços licitados.

7.7.2.2 Declaração de Atendimento dos requisitos técnicos e de capacidade operativa para cumprimento legal dos termos contratual, nos termos da Lei 11.467 de 09 de setembro de 2024, lei específica para as empresas especializadas em Segurança Privada.

7.7.2.3. Declaração de que a licitante dispõe de todos os equipamentos, materiais e pessoal técnico e operacional necessários à prestação dos serviços, conforme orientações do Termo de Referência, garantindo ainda que não haverá nenhum tipo de paralisação dos serviços por falta dos equipamentos ou de pessoal.

7.7.3. JUSTIFICATIVA - A exigência das Declarações constantes dos itens 7.7.2, 7.7.2.1 e 7.7.2.3 do Edital está respaldada na Lei 14.133/2021, mencionada no Caput deste Edital e se faz necessária para a comprovação técnico-operacional e estão sujeitas à diligência do Pregoeiro para a comprovação da sua veracidade. Também, servirá, tanto o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, TCE-MA, quanto para os funcionários da futura empresa a ser contratada, por meio deste Certame. Possibilitando que os mesmos possam recorrer, presencialmente, em caso de dúvidas ou necessidades de reuniões, a fim de resolver questões de ordem trabalhista ou comercial, uma vez que é de ordem legal. Ademais, experiências anteriores nos mostram que o contrato à distância nem sempre se faz eficaz para tais questões, principalmente por se tratar da especificidade do objeto licitado. Também, a exigência se dá pela possibilidade de evitar possíveis demora de soluções, decorrentes da urgência de envio de documentos físicos, falta de canais de comunicação entre a empresa a ser contratada e o TCE/MA, e também entre funcionários e a empresa contratada, especialmente no recrutamento de pessoal qualificado, para o integral cumprimento da Lei 14.967/2024, que rege o funcionamento de empresa de Segurança Privada, o objeto deste Certame, dentre outros.

7.8. Disposições gerais sobre habilitação:

7.8.1. Os licitantes que apresentarem habilitação parcial válida no SICAF, ou em certificado de registro cadastral expedido por órgão dos Estados e Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos por eles. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados no SICAF a exemplo da Certidão Negativa de Falência (item 7.6.1), a documentação referente à Qualificação Técnica (item 7.7) e os documentos exigidos no item editalício 7.6.2.

7.8.2. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.8.3. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá assinalar prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária nos autos.

7.8.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os documentos que, pela natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

7.8.5 Caso haja divergência entre os números do CNPJ mencionados na proposta e nos documentos exigidos, tal situação somente será aceita se os tributos forem recolhidos de forma centralizada, sendo que essa informação deverá constar do próprio documento ou ser comprovada através de declaração do órgão expedidor, a qual deverá acompanhar os documentos de habilitação.

7.8.6. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados, pelo licitante melhor classificado, via Anexo, ferramenta do Sistema Comprasgov, após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação no sistema.

7.8.7. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará o estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014 e regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.



8. DA SESSÃO PÚBLICA, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

8.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.3 Na fase de lances, a disputa será pelo Valor Global do Item Único, sendo a adjudicação pelo MENOR VALOR GLOBAL do respectivo Item Único.

8.3.1. Os lances ofertados para o Item Único não poderão ser acima do valor estimado pelo TCE/MA.

8.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4.1 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível

8.5.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.5.1.1. Esse intervalo mínimo de diferença de valores, baseado em critério monetário será aplicado para todos os itens deste Pregão.

8.6 A cada lance ofertado, por item, o sistema atualizará automaticamente o valor.

8.7 A desistência em apresentar lance, implicará a exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último preço apresentado.

8.8 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

8.9 Após a etapa de envio de lances, no caso de empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no Art. nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido e Art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.9.1. No caso de empate previsto no item 8.9, o critério de desempate será aplicado nos termos parametrizados pela própria plataforma do sistema compras gov.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado neste Pregão, o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

9.1.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos dois subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.1.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem **9.1.2**, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.1.5. A empresa que ofertar o Menor Valor Global do Item Único será classificada em primeiro lugar pelo critério de julgamento de Menor Preço, por Item Único.

9.1.6 No caso de **desconexão do Agente de Contratação**, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.1.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

9.1.8. As microempresas ou empresas de pequeno porte, que estiverem participando do certame, observarão a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

9.1.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro/Agente de Contratação **poderá negociar** o valor da proposta, encaminhando contraproposta, via chat disponibilizado pelo sistema, diretamente ao licitante que tenha apresentado o



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

lance mais vantajoso, o que poderá ser acompanhado pelos demais licitantes, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

9.1.10. O licitante terá o prazo de duas horas, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item anterior.

10. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de lances, ordenadas as propostas e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro/Agente de Contratação convocará o **licitante** detentor do menor lance para envio, num **prazo máximo de 2 (duas) horas** a contar da convocação, por meio da opção “Anexo” do sistema Comprasgovernamentais, em arquivo único, preferencialmente em PDF, da sua proposta e do valor negociado e, se for o caso, dos documentos complementares e procederá ao julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL do serviço**.

10.1.1 O Pregoeiro/Agente de Contratação realizará o aceite da proposta no Sistema Comprasgov.

10.1.2 O preço ofertado final do objeto deve ser menor ou igual ao valor estimado pela Administração para o objeto, podendo o valor que não se enquadrarem nesta regra serem ajustados ao valor estimado pela Administração e, se for o caso, ajustado para menor do valor global do item ofertado pelo licitante.

10.1.3 A Proposta de Preço deverá ser enviada, via Anexo, após o lance e ou o valor negociado, se houver, assinada e digitalizada, bem como os documentos complementares, se houver.

10.1.3.1. Também poderão ser remetidos para o e-mail cl@tcema.tc.br, num prazo máximo de 2 (duas) horas, comprovada a inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição dos demais licitantes.

10.2. Em seguida, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao atendimento dos requisitos e especificações constantes do edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito e verificará, em seguida, a habilitação do licitante conforme as disposições do edital.

10.3. Se a oferta não for aceitável, se o proponente deixar de enviar a proposta e/ou documentação de habilitação ou se estas não atenderem às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

10.4. Em caso de divergência entre informações contidas em documentos anexos à proposta e o descrito nesta, prevalecerá o conteúdo da proposta.

10.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

10.6. Havendo aceitação da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará o encaminhamento dos documentos de habilitação, na forma e no prazo estabelecido este Edital.

11. JULGAMENTO

11.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, Pregoeiro/o Agente de Contratação realizará o aceite da proposta e, após, habilitará o licitante. Não havendo a interposição de recurso, os autos serão enviados para a autoridade competente adjudicar e homologar o presente Pregão em favor da empresa licitante vencedora do certame.

11.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento dos autos, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) deixar de apresentar a proposta de preços e/ou quaisquer documentos complementares solicitado pelo agente de contratação.
- g) deixar de apresentar as Declarações exigidas nos itens do Edital, referente ao item 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO.**



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro/Agente de Contratação abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, momento em que qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar, motivadamente, sua intenção de recorrer.

12.2. As intenções de recorrer poderão ser aceitas ou rejeitadas, motivadamente, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em campo próprio do sistema.

12.3. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito e o Pregoeiro/Agente de Contratação estará autorizado a seguir com o rito para adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro/Agente de Contratação submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não havendo manifestação de recurso, o Pregoeiro/Agente de Contratação estará autorizado a aceitar e habilitar o objeto da licitação à proponente vencedora e submeterá o processo, devidamente instruído, à apreciação da autoridade superior, que poderá adjudicar, homologar, revogar ou anular o procedimento licitatório.

13.2. Ocorrendo a manifestação de interposição de recurso, caberá à autoridade competente a adjudicação e homologação da licitação.

13.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

14. VISTORIA

14.1. Aos interessados é importante, mas não obrigatória a visita ao local da realização dos serviços.

14.2. A visita tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento das peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

14.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Homologado o resultado deste Pregão, o TCE/MA poderá convocar o licitante vencedor para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Instrumento Contratual, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TCE/MA.

15.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado.

15.4. O licitante vencedor deverá promover o seu cadastro no SIGEF (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal), no prazo de até 3 (três) dias da adjudicação, conforme Anexo III.

15.5. Após a homologação do certame, a licitante vencedora deverá realizar o credenciamento de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TCEMA no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do item 24 do presente Edital.

16. CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. O recebimento dos produtos será feito nos termos do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue em conformidade com os prazos e demais condições estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste edital, no endereço constante do Preâmbulo, em dias de expediente deste Tribunal.

16.3. O recebimento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, nem da ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

17. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A execução do objeto da presente licitação se dará conforme cláusula “DA EXECUÇÃO DO CONTRATO” prevista na minuta do termo de contrato anexa e/ou nos moldes dispostos no Termo de Referência.

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, o contrato será fiscalizado, em todos os seus termos, pelo servidor indicado pelo Gestor da Unidade de Infraestrutura – UNINF/TCE/MA.

18.2. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

18.3. A fiscalização se dará, ainda, nos termos dispostos no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, para crédito na conta-corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, após aceitação e ateste definitivo do material e após entrada no protocolo deste Tribunal da Nota Fiscal emitida com base nas ordens de fornecimento devidamente atestadas pela Fiscalização;

19.2. O TCE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes às multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada.

19.3. Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, devidamente atestada, acompanhada das certidões negativas do FGTS, INSS, Receitas Federal, Estadual e Municipal e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) nos termos da portaria nº 1.229/2013-TCE/MA e da solicitação de pagamento (Anexo VI).

19.4. A nota fiscal em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento (Anexo VI), deverá ser entregue no setor de protocolo, o qual encaminhará à UNFIN para juntada ao processo de contratação acompanhada dos documentos relativos ao pagamento.

19.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme a lei 14.133/2021.

19.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação ou inadimplência contratual, inclusive quando for constatada ausência, divergência ou irregularidade na documentação apresentada pela Contratada. A existência de qualquer pendência incorrerá na suspensão do prazo de pagamento especificado, até que a Contratada regularize a pendência, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

19.7 O TCE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

19.8 Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,000109589 “pro rata die”.

19.9 Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas.

19.10. Para o pagamento, será observado, ainda, a disposição contida no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da CONTRATADA constam do Termo de Referência do Edital e da Minuta do Contrato, Anexo IV ao Edital.

21. OBRIGAÇÕES DO TCE/MA

21.1. As obrigações da CONTRATANTE constam do Termo de Referência do Edital e da Minuta do Contrato, Anexo IV ao Edital.

22. INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

22.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

22.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

22.3. Evidenciada a configuração das infrações administrativas elencadas no art. 155, serão aplicadas as sanções elencadas no art. 156 conforme as regras prescritas nos artigos 156 a 163, todos da Lei nº 14.133/2021, em especial:

22.3.1. Descumprimento dos prazos definidos para a execução do contrato de forma injustificada sujeitará a contratada à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor da parcela contratada, a qual deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias pela contratada, uma vez notificada formalmente;

22.3.2. Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso na entrega/ execução do objeto, o TCE/MA poderá rescindir o contrato, declarar a inexecução total e aplicar à contratada as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo instaurado para esse fim.

22.4. A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Estado do Maranhão poderá ser aplicada ao fornecedor acompanhado de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

22.5. As multas previstas neste Edital serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pelo TCE-MA.

22.6. Quando for o caso, se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica a Beneficiária da Ata ou a CONTRATADA, obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da notificação, através do DARE, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a este Tribunal, sob pena de cobrança judicial.**

22.7. Objetivando evitar o dano ao Erário, o Secretário de Administração poderá adotar medida cautelar suspendendo o pagamento à Contratada na proporção de eventual multa a ser aplicada após a condenação em regular processo administrativo.

22.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados na lei 14.133/2021, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.9. A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de **01 (um) dia do vencimento**, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

22.10. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

22.11. As sanções descritas neste item também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.13 - As sanções aplicáveis estão descritas de forma complementar no Termo de Referência – anexo I deste Edital.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação.

24. COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

24.1. Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TCMA nº 373/2022, os processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão passam a ser eletrônicos e dispensam a utilização de papel.

24.2. Após a homologação do certame, a licitante vencedora deverá realizar o credenciamento de Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TCMA no prazo de até 3 (três) dias úteis, seguindo as orientações abaixo:

a) Acessar o endereço eletrônico <https://www.tcema.tc.br> e clicar no atalho SEI – USUÁRIO EXTERNO;

b) Acessar o link "Clique aqui para se cadastrar", ler as orientações na tela e ao final "clique aqui para continuar";

c) preencher atenciosamente os dados solicitados na tela e enviar. Após o envio, entrar em contato com a Supervisão de Protocolo (SUPRO) pelo telefone (98) 2016-6066 no horário compreendido de 08:00h às 14:00h, em dias úteis ou via e-mail: sei@tcema.tc.br, para liberação do acesso ao SEI.

24.3. Obrigatoriamente, o endereço de e-mail do representante legal da Contratada informado na proposta comercial adjudicada, deverá ser utilizado no cadastramento de Usuário Externo – SEI.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

24.4. A Contratada deverá proceder a solicitação de cadastro no Usuário Externo – SEI no prazo estipulado no subitem 19.2 deste Edital, sob pena de inviabilizar a assinatura do contrato, decaindo o direito à contratação.

24.5. O relacionamento entre Contratante e Contratada pertinente a assinatura de contrato, assinatura de termo aditivo, assinatura de ata de registro de preços, recebimento de ordem de serviço, ofícios, notificações, intimações, entre outros, será realizado preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

24.6. O prazo para a leitura e assinatura dos documentos mencionados no item anterior é de até 5 dias úteis, contados do dia útil posterior ao recebimento do e-mail contendo o link de acesso para assinatura.

24.7. Exaurido o prazo estipulado no subitem anterior sem a manifestação da Contratada, considerar-se-á devidamente notificada, iniciando-se os atos subsequentes, tais como: contagem de prazo para apresentação de esclarecimentos, justificativas, defesa prévia, recurso entre outros.

24.8. Após o credenciamento da Licitante vencedora, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TCEMA, na forma integral do item 23 deste Edital, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão convocará a empresa adjudicada para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º, da Lei 14.133/2021.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O Pregoeiro/Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCE/MA ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas para orientar sua decisão.

25.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente deste Tribunal.

25.3. O Pregoeiro/Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.4. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.

25.5. O Beneficiário da Ata de Registro de Preços ou Contratado deverá manter atualizados, durante a vigência da ata de registro de preço ou do contrato, todos os seus dados, como representantes, endereço, telefone, e-mail etc. sob pena de, não sendo devidamente informado ao TCE/MA, as notificações/comunicações serem consideradas efetivamente realizadas.

25.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

25.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

25.8. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro/Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis citadas no preâmbulo deste edital e demais normas pertinentes.

25.9. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de São Luís-MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de proposta de preços
Anexo III	Formulário de cadastro no SIGEF
Anexo IV	Modelo de declaração de opção pelo Simples
Anexo V	Minuta de contrato
Anexo VI	Modelo de Solicitação de Pagamento.
Anexo VII	Modelo de Termo de Vistoria



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – SUENG/UNINF

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Visando o término do contrato em vigência, faz-se necessária a abertura de um novo processo licitatório para a contratação de empresa especializada em Segurança Privada para a prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada com a finalidade principal de assegurar e impedir danos ao patrimônio de Recursos Humanos e Imobiliário do TCE-MA.

1.2 Os postos de vigilância presentes nos recintos do TCE-MA apresentam o objetivo de garantir a segurança dos servidores e visitantes da Corte de Contas, possibilitando o monitoramento e controle da circulação, permanência, entrada e saída de pessoas e veículos.

1.3 Há 04 (quatro) postos de vigilância nas dependências do TCE-MA, dispostos da seguinte forma:

IDENTIFICAÇÃO	LOCAL
Posto 1	Guarita da entrada principal
Posto 2	Guarita lateral
Posto 3	Guarita de fundo, próximo ao estacionamento coberto
Posto 4	Recepção principal do prédio II

1.4 Evidenciando a importância do controle no fluxo de circulação, o número médio estimado de pessoas que acessam diariamente o TCE-MA está expresso na seguinte tabela:

SERVIDORES	ESTAGIÁRIOS	TERCEIRIZADOS	TOTAL
541	77	106	724

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, sito na Av. Carlos Cunha s/n – Calhau, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2.2 Medidas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão:

ÁREA DO TERRENO	20.500,00 m ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	22.658,57 m ²

2.3 Tabela detalhando o objeto licitado:

Descrição	Postos de Serviço	Quantidade de vigilantes por posto de serviço (em jornada 12x36)
Vigilante armado	Posto 1	08
	Posto 2	04
	Posto 3	04



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

	Posto 4	04
Total de vigilantes		20

2.4 Tabela detalhando o preço estimado para a contratação:

Item	Descrição	Posto	Valor/ Vigilante	Vigilantes	Valor/Posto	Total Mensal Por Turno
I	Vigilância 12x36 diurno Armada	1	5.582,32	4	22.329,30	R\$ 55.823,26
		2	5.582,32	2	11.164,65	
		3	5.582,32	2	11.164,65	
		4	5.582,32	2	11.164,65	
II	Vigilância 12x36 Noturno Armada	1	6.498,52	4	25.994,09	R\$ 64.985,25
		2	6.498,52	2	12.997,05	
		3	6.498,52	2	12.997,05	
		4	6.498,52	2	12.997,05	
CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO						R\$ 120.808,51
CUSTO TOTAL ANUAL ESTIMADO						R\$ 1.449.702,03

3. FUNDAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os serviços a serem prestados deverão ser contínuos, ininterruptos, de vigilância uniformizada e armada, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA. Consiste em uma terceirização e não simplesmente a locação de mão de obra.

3.2 A CONTRATADA executará a prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada nos postos de serviços definidos pela Contratante, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor (Lei 14.967/2024), em condições de:

- Assumir os postos, devidamente armados e uniformizados;
- Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências e regularização necessárias;
- Comunicar à fiscalização, todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra pessoa ou ao patrimônio;
- Registrar e controlar diariamente o transcorrer do serviço, referente ao posto em que estiver designado;
- Manter afixado no posto, em local visível, o número dos telefones relacionados à segurança pública e da fiscalização e gestor do contrato;
- Observar a movimentação de suspeitos, adotar as medidas de segurança adequadas necessárias, fazer os registros e comunicação à fiscalização do contrato na maior brevidade possível;
- Controlar o ingresso nas instalações, daqueles que se adequem às normas internas e nas condições por elas estabelecidas, mediante verificação e devida identificação;
- Fiscalizar a entrada, estacionamentos e saída de veículos, caso necessário, identificar o motorista e registrar as placas, inclusive daqueles de colaboradores autorizados a estacionar na área interna do prédio;
- Gerenciar e controlar a entrada e saída de materiais;
- Colaborar com as autoridades e representantes policiais nas ocorrências relacionadas ao interesse da Contratante, facilitando sua atuação, inclusive na indicação de testemunhas;



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

- k) Controlar a entrada, estacionamento, saída de veículos e demais pessoas, funcionários, estagiários, alunos ou visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana na conformidade do que venha a ser estabelecido pela Contratante;
- l) Impedir a atuação de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estejam devidamente autorizados pela Contratante;
- m) Controlar a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato a Contratante;
- n) Proibir qualquer atividade junto aos postos e imediações, que impliquem ou ofereçam risco à integridade das pessoas e instalações;
- o) Impedir a utilização das dependências para guarda de objetos estranhos, assim como de bens particulares de servidores ou de terceiros sem a devida autorização;
- p) Somente se ausentar do posto ou do setor de atuação se devidamente autorizado pela fiscalização do contrato;
- q) Executar as rondas necessárias para a guarda do patrimônio, verificando as dependências, adotando os cuidados e providências necessários;
- r) Permanecer na vigilância nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança;
- s) Repassar para os vigilantes que estão assumindo os postos, todas as orientações necessárias ao bom exercício de suas atividades laborais, bem como das eventuais anormalidades;
- t) Cumprir a programação dos serviços de rotina, com o atendimento regulado pelo que estabelecem as normas e costumes da boa relação interpessoal e do zelo com a coisa pública;
- n) Atuar dentro dos limites das instalações da Contratante e naquelas que estão circunscritas à sua área de atuação definidas por legislação específica;
- v) Executar as atividades com o foco na eficácia, priorizando as ações preventivas com a eficiência adequada ao objeto definido pela contratante, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e ou materiais, devendo a Contratante ser informada, no prazo hábil das alterações relacionadas aos recursos humanos e escalas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitido a subcontratação do objeto contratual.

4.2 A CONTRATADA por todo o período de tempo decorrido entre início e finalização da execução dos serviços, deverá manter uma equipe com qualificação técnica compatível com nível do serviço exigido pelo Contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de vigência do instrumento contratual será de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base na lei 14.133 de 2021.

5.2 Os serviços licitados serão realizados nos prédios do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – Av. Prof. Carlos Cunha, s/n – Jaracaty – São Luís, MA – CEP: 65-076-820.

5.3 O prazo para o início da prestação do serviço será a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.

5.4 JORNADA DE TRABALHO

5.4.1 Cada posto de vigilância armada deverá adotar a seguinte escala de trabalho de acordo com a Lei 14.967/2024:



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

- 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para cada posto, exceto a guarita da entrada principal do TCE/MA, que contará com 04 (quatro) vigilantes também em turnos de 12x36;
- 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, para cada posto, exceto a guarita da entrada principal do TCE/MA, que contará com 04 (quatro) vigilantes também em turnos de 12x36;
- Número de postos de vigilância: Serão ao todo 04 (quatro) postos, sendo:
 - Posto 02, 03 e 04: Com dois vigilantes por dia (em um intervalo de 12 h) em cada posto contando com mais dois vigilantes que os substituirão em dias intercalados (durante as 36 h de descanso), totalizando 4 vigilantes por posto.
 - Posto 01: Com quatro vigilantes por dia (intervalo de 12 h) contando mais quatro vigilantes substitutos em dias intercalados (36 h de descanso), totalizando 8 vigilantes nesse posto.

5.5 UNIFORMES E MATERIAIS

5.5.1 Especificações

- a) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.
- b) Os itens que compõem o conjunto do uniforme deverá ser fornecido conforme as normas de segurança vigentes estabelecidas pela Polícia Federal e a lei 14.967/2024.
- c) A especificação dos equipamentos é estimativa. Cabe à CONTRATADA considerar em sua proposta a relação de equipamentos que necessita para a correta prestação dos serviços.
- d) Para a prestação dos serviços, são estimados os equipamentos conforme tabela abaixo.

EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade/ Posto de 12h
01	Revólver Calibre 38	Unid.	01
02	Coldre	Unid.	01
03	Livro de ocorrências	Unid.	01
04	Lanterna recarregável	Unid.	01
05	Colete balístico – nível mínimo de segurança II-A	Unid.	02
06	Placa balística	Unid.	02

MUNIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. anual/vigilante
01	Munição Calibre 38	Blister com 10	01

- e) Em casos de existirem equipamentos necessários que não foram explicitamente citados nestas tabelas, deve-se obrigatoriamente serem fornecidos pela contratada, obedecendo às normas e leis vigentes de segurança privada e patrimonial.

5.6 PERFIL DA MÃO DE OBRA

5.6.1 Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da **Lei nº 14.967/2024**.



5.7 IDENTIFICAÇÃO E SEGURANÇA DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

5.7.1 A Contratada é obrigada a identificar toda a mão de obra designada para executar os serviços de Vigilância Armada mediante a utilização de crachás, nos quais deverão constar o nome completo, foto, função e a respectiva matrícula do funcionário. Além disso, a Contratada deverá fornecer treinamento em vigilância para toda a mão de obra contratada, responsabilizando-se por qualquer tipo de acidentes que eventualmente venha a ocorrer com seus contratados ou por eles causados a terceiros nas instalações do TCE/MA.

5.8 REQUISITOS DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

5.8.1 As empresas de segurança privada, para atuarem nos Estados, Territórios e no Distrito Federal, deverão observar o disposto na **Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 (Estatuto da Segurança Privada)**, sendo requisitos essenciais para o exercício da atividade:

a) Art. 4º A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas enumeradas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responsável pelas consequências de sua execução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 A comunicação entre a contratante e a contratada será feita por escrito admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.4 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de gestão do contrato que conterá informações sobre as obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo gestor e fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária, creditada na conta- corrente da contratada subsequente à realização dos serviços, contados da data de aceitação e do atestado, realizados pelo setor competente da Contratante, mediante a apresentação de Nota Fiscal discriminativa, em duas vias, acompanhada das certidões negativas do INSS, FGTS, Receita Federal, Estadual e Municipal e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Portaria nº 1.229/ 2013 – TCE/ MA, e da solicitação de pagamento.

7.2 Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados mediante a apresentação de nota fiscal correspondente e comprovante de regularidade fiscal e trabalhista, conforme artigo 50 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Com base no artigo 50 da Lei nº 14.133/2021 demanda-se a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

7.4 Para o pagamento da primeira fatura do contrato, além dos documentos elencados previamente, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Cópias das Carteiras de Trabalho dos empregados que estiverem prestando os serviços neste Tribunal;

b) Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO dos empregados que estiverem prestando os serviços decorrentes desta licitação;

c) Relação dos vigilantes que prestarão serviço neste Tribunal, acompanhada da cópia da carteira de identidade, do certificado de conclusão do curso de formação de vigilante devidamente registrado e cópia da Carteira Nacional de Vigilante dentro do prazo de validade;

d) Autorização para porte de arma de fogo dos vigilantes que estiverem prestando serviços nas dependências do TCE/MA, devidamente registrada e dentro do prazo de validade, nos termos da Lei nº 10.826 de 22/12/2003 e do Decreto nº 9.847 de 25/06/2019 e legislação posterior;

e) Comprovação de possuir seguro de vida em grupo, com abrangência para a totalidade dos vigilantes que prestarão serviço decorrente desta licitação.

7.5 A critério da Contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da contratada.

7.6 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

7.7 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à contratada ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

8. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

8.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até as providências saneadas, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar pendências na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

8.3 A nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR.

8.4 Caso seja constatado que a CONTRATADA esteja em situação irregular perante o Cadastro unificado de fornecedores do Estado – CADFOR e no Cadastro de Inadimplentes – CADIN, será notificado para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar sua defesa.

8.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.6 Havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso não seja regularização sua situação junto ao SICAF.

9. PRAZO DE PAGAMENTO



9.1 Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, por meio de ordem bancária emitida em nome do contratado, para crédito na conta-corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, após a realização dos serviços, contados da data de aceitação e do ateste, realizado pelo setor competente.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

10.2 Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitido a ordem bancária para pagamento.

10.3 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, na realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2023, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA que: 11.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.2 Der causa a inexecução total do contrato;

11.1.3 Ensejar o retardamento da execução da contratação sem motivo justificado;

11.1.4 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846 de 2013;

11.2 Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência – quando a contratada der causa a inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156 § 2º da Lei 14.133/2021);

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar – quando praticadas as condutas descritas no item anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156 §4º da lei 14.133/2021);

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar – quando praticadas as condutas descritas no itens acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º da Lei 14.133/2021).

11.2.4 Multa:

11.2.4.1 Moratória (falta de pagamento de obrigações tributárias) de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.4.2 Compensatória (descumprimento parcial ou total do contrato) – 0,1% a 30% do contrato;

11.2.4.3 Compensatória para inexecução total do contrato de 10% a 30% do valor do contrato.

11.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma a obrigação de reparação do dano causado ao CONTRATANTE (art.156, § 9º da Lei 14.133/2021).



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

11.4 Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente coma multa e antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias uteis contando da data de sua intimação (art. 156 e 157 da Lei 14.133/2021).

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superior ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei 14.133/2021).

11.6 A aplicação das as sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.158 da Lei, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4 Os danos que dela provieram para a contratante.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei. 11.9 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora na forma prevista em edital ou em contrato.

11.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidas aos seus administradores. (art.160 da Lei 14.133/2021).

11.11 A contratante deverá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei 14.133/2021).

11.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar são passíveis de reabilitação na forma da Lei, quando:

11.12.1 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.12.2 Pagamento da multa;

11.12.2.1 Transcurso do prazo de 01 anos da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar ou 03 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

11.12.3 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

11.12.4 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos na Lei.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta 12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, de acordo com edital.

12.2 Qualificação técnica

12.4.1 A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação de:

a) Prova de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente da região a que estiver vinculada a licitante, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto do presente Pregão.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

b) No mínimo, um atestado de capacidade técnica expedido a qualquer tempo, por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da pessoa jurídica da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente.

c) Autorização para funcionamento da Empresa no Estado do Maranhão, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 14.967 de 09/09/2024.

e) Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, para exercer atividades de segurança privada, conforme Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, alterada pelas Portarias nº 3258/2013 – DG/DPF e nº 3559/2013 – DG/DPF.

13. VISTORIA

13.1 Aos interessados é importante, mas não obrigatória a visita ao local da realização dos serviços.

13.2 A visita tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento das peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

13.3 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

14. FISCALIZAÇÃO DA CONTRATADA

14.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3 À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

14.3.1 Examinar e avaliar o serviço prestado, decidir sobre a sua aceitação ou determinar prazo para sua alteração.

14.3.2 Proibir a presença na execução dos serviços, quaisquer pessoas, que venham a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, não podendo tal providência implicar alterações de prazos ou nas Condições Contratuais previamente estabelecidas

14.4 A Fiscalização é soberana em seu exercício e em suas decisões, podendo condenar, suspender, embargar, reprovar e aprovar serviços, materiais e procedimentos, dentro do que recomendam as Normas Brasileiras.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14133/2021;

15.2 Cumprir com as cláusulas previstas no contrato firmado;

15.3 Exercer a fiscalização dos serviços desenvolvidos pela contratada nas dependências do TCE- MA;

15.4 Efetuar controle e fiscalização da contratada quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

16.1 São obrigações e responsabilidades da Contratada:

16.1.1 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com as especificações do serviço e demais documentos técnicos fornecidos, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos atinentes ao serviço como um todo.

16.1.2 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: salários, contribuições sociais e previdenciárias, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei.

16.1.3 A CONTRATADA, após a ordem de serviço, apresentará a relação dos funcionários que prestarão serviço nas dependências do TCE-MA, designará os profissionais com titularidade e experiência compatíveis para atuarem na execução dos serviços contratados.

16.1.4 Comunicar à fiscalização do Contratante, por escrito, qualquer situação ou condição inadequada à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

16.1.5 Designar um representante (nome e telefone) para as tratativas junto à fiscalização do TCE- MA, no tocante à prestação do serviço.

16.1.6 Designar para a execução dos serviços somente profissionais habilitados.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 O preço estimado mensal para a execução dos serviços é de **R\$ 120.808,51** (cento e vinte mil, oitocentos e oito reais e cinquenta e um centavos), pagamento mensal pelo período de um ano, totalizando um valor global de **R\$ 1.449.702,03** (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e três centavos), conforme detalhado em anexo na Planilha de composição de custos e formação de preços.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 A classificação orçamentária se dará conforme abaixo:

Exercício financeiro: 2025

Unidade gestora: 020101 – TCE/MA.

Fonte de recursos: 15001010000 – Recursos não vinculados de Impostos

Natureza Despesa: 33.90.37 – Locação de Mão de Obras

Ação: 2349 – Fiscalização Externa

Subação: 023565 – Manutenção

Valor Estimado: R\$ 1.449.702,03

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1 Em casos não previstos neste Termo de Referência, aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, naquilo que for pertinente e aplicável ao presente instrumento.

20. ANEXO I – A: Planilha de composição de custo e formação de preços



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO I - A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
PLANILHA 1 – DIURNO – CTT 2025			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Vigilância
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.600,66
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante DIURNO
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		24/3/2025
6	Data de apresentação desta proposta de preços		30/12/1899
7	Local da prestação dos serviços		SÃO LUÍS
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 1.600,66
B	Adicional de Periculosidade		R\$ 480,20
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
F	Outros (especificar)		
Total			R\$ 2.080,86
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 173,34
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 57,85
TOTAL			R\$ 231,18
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
Base de cálculo deste submódulo		:	R\$ 2.312,04
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 462,41
B	Salário Educação (art.13 § 3º da LC 123/2006)	2,50%	R\$ 57,80
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (RAT 3% x FAP 1,00)	3,00%	R\$ 69,36
D	SESC ou SESI (art.13 § 3º da LC 123/2006)	1,50%	R\$ 34,68
E	SENAI - SENAC (art.13 § 3º da LC 123/2006)	1,00%	R\$ 23,12
F	SEBRAE (art.13 § 3º da LC 123/2006)	0,60%	R\$ 13,87
G	INCRA (art.13 § 3º da LC 123/2006)	0,20%	R\$ 4,62
H	FGTS	8,00%	R\$ 184,96
Total		36,80%	R\$ 850,83
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 4,20	R\$ 29,96
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, conforme CCT	R\$ 26,00	R\$ 351,00
C	Assistencia Medica		R\$ 56,74
D	Seguro de Vida		R\$ 13,81
E	Assiduidade		R\$ 107,96
Total			R\$ 559,47
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 231,18
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 850,83
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 559,47
Total			R\$ 1.641,48
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
Base de cálculo do AP Indenizado:			R\$ 3.056,48
Base de cálculo do AP Trabalho:			R\$ 3.722,34
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 12,84
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,26
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 72,21
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 26,57
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	2,00%	R\$ 1,44
Total			R\$ 113,33

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 319,51
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,82%	R\$ 31,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,77
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 12,66
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,08%	R\$ 2,88
F	Substituto na cobertura Ausencia por doença	0,10%	R\$ 3,84
Total		9,68%	R\$ 371,10
Submódulo 4.2 - Intraornada			
Base de cálculo da Intraornada (Salário Base + Risco de vida/periculosidade):			R\$ 2.080,86
4.2	Intraornada		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ 215,69
Total			R\$ 215,69
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente e Assid.		Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$ 371,10
4.2	Substituto na Intraornada		R\$ 215,69
Total			R\$ 586,79
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$ 31,00
B	Materiais		R\$ 4,94
C	Equipamentos		R\$ 103,64
Total			R\$ 139,58
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Base de cálculo dos custos indiretos			4.562,04
Base de cálculo do lucro			4.721,72
Base de cálculo dos tributos			5.582,32
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,50%	R\$ 159,67
B	Lucro	8,00%	R\$ 377,74
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	R\$ 167,47
	C.2. Tributos Federais (PIS)	0,65%	R\$ 36,29
	C.3. Tributos Estaduais (especificar)		R\$ 0,00
	C.4. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 279,12
Total			R\$ 1.020,28
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.080,86
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.641,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 113,33
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 586,79
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 139,58
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ 4.562,04
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.020,28
Valor Total por Empregado			R\$ 5.582,32
Valor Total por Posto			R\$ 11.164,65



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO II AO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF. Pregão Eletrônico nº ____/____ – COLIC/TCE – MA

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V. S^{as}. proposta nos termos descritos abaixo, assumindo inteira responsabilidade pelo seu teor e as demais obrigações estabelecidas no edital e seus anexos.

PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

CNPJ:

TELEFONE/FAX:

ENDEREÇO ELETRÔNICO

- **OBJETO:**

- **PREÇOS:**

Valor mensal total dos serviços R\$ (.....).

Valor anual total dos serviços R\$ (.....).

- **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

- **PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

- **INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço):**

São Luís(MA), de de

.....

Assinatura do representante legal da empresa



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO III AO EDITAL

I - FORMULÁRIO DE CADASTRO SIGEF

CNPJ:				
RAZÃO SOCIAL:				
NOME FANTASIA:				
CAPITAL SOCIAL:				
DATA INCORPORAÇÃO:				
INSC. ESTADUAL:				
INSC. MUNICIPAL:				
CNPJ DA EMPRESA MATRIZ:			É REPRESENTANTE:	
ENDEREÇO:			BAIRRO:	
CEP:	CIDADE:	ESTADO:	UF:	TEL:
TEL:	REGISTRO PROFISSIONAL DO RESP. TÉCNICO			
ENTIDADE FISCALIZADORA:			INSCRIÇÃO DA ENTIDADE:	
REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO COMPETENTE:				
Nº REGISTRO			DATA DO REGISTRO	
SÓCIOS DA EMPRESA (SE HOVER MAIS DE UM INDICAR)	RAZÃO SOCIAL/NOME:			
	CNPJ/CPF:			
	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA:			
PARTICIPANTES DA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA (SE HOVER MAIS DE UM INDICAR)	NOME:			
	CPF:			
	CARGO:			
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:	CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF DOS SÓCIOS;			
	CONTRATO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES;			
	CNPJ (ATUALIZADO);			

II - FORMULÁRIO CADASTRO SIGEF

BANCO (NOME, NÚMERO E PRAÇA DE PAGAMENTO):
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

.....
(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

(com firma reconhecida)

OBS: Os documentos necessários para **cadastro no SIGEF** são: **CNPJ, Contrato Social da Empresa ou Registro Comercial** (em caso de empresa individual), com objetivo social e aditivo com alterações, **Estatuto de Fundação e Ata de Eleição** em caso de Associação, **CIC e RG dos sócios da empresa e Alvará de Funcionamento**, os quais serão aceitos em cópias autenticadas.



ANEXO IV AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte da Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

....., de de 2025

.....

Assinatura do representante legal da empresa



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO V AO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/ 2026 – COLIC/TCE

**CONTRATO FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA
XXX PARA CONTRATAÇÃO**

**CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E
EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS
RESPECTIVOS ANEXOS.**

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, CNPJ nº 06.989.347/0001-95, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, sito na Av. Carlos Cunha s/n – Calhau, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, do outro lado CONTRATADA, a Empresa, CNPJ nº, sediada na Rua neste ato representada pelo seu titular, CPF nº, C.I. nº, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato decorrente do Processo Administrativo nº/..... que originou a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº/..... – COLIC/TCE, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Constitui-se objeto deste Contrato, _____ conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, seus respectivos Anexos e demais documentos oriundos do Pregão Eletrônico Nº 0xx/2025 – TCE-MA que passam a integrar o presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – O valor global do presente contrato é de R\$ (.....), sendo que o valor mensal é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital do Pregão Eletrônico n.º/.....;

II – Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela CONTRATADA em de de

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, nos termos da Lei 14.133/2021, contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO – A prestação dos serviços será feito nos termos do da Lei 14.133/2021

PARÁGRAFO PRIMEIRO –O TCE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o respectivo Termo de Referência, especificações e condições do Edital, da proposta de preços e deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados em conformidade com os prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____/COLIC/TCE/MA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A contratada não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO – Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, este contrato será fiscalizado pelo CONTRATANTE, por servidor da Unidade de Infraestrutura – UNINF/TCE/MA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – Os pagamentos serão efetuados por meio de ordem bancária emitida em nome do proponente vencedor, para crédito na conta-corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrada no protocolo do TCE/MA, da Nota Fiscal emitida com base nas ordens de serviços devidamente atestadas pela Fiscalização.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, devidamente atestada, acompanhada da ordem ou ordens de serviço que a fundamentam, das certidões negativas do INSS, FGTS, Receita Federal, Estadual e Municipal e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Portaria nº 1.229/ 2013 – TCE/ MA, e da solicitação de pagamento (Anexo VI do edital do PE Nº/.....).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O TCE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Nota Fiscal discriminativa, em duas vias, acompanhada das certidões negativas e solicitação de pagamento (Anexo VI), deverá ser entregue no setor de protocolo, o qual encaminhará à UNFIN para juntada ao processo de contratação e procedimento de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação ou inadimplência contratual, inclusive quando for constatada ausência, divergência ou irregularidade na documentação apresentada pela Contratada. A existência de qualquer pendência incorrerá na suspensão do prazo de pagamento especificado nesta Cláusula, até que a Contratada regularize a pendência, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO – O TCE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA – Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, equivalente ao índice de 0,000109589, “pro rata die”.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE – Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS – Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à **REVISÃO** do mesmo a qualquer tempo em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – A contratada deverá formular ao CONTRATANTE requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

Exercício Financeiro:

Unid. Orçamentária:

Projeto Atividade:

Unidade Gestora (UG):

Plano Interno:

Natureza da Despesa:

Item de despesa:

Fonte de Recurso:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº/.....- TCE/MA:

a) Assinar o Contrato, quando houver, e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação;



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

- b) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a contratante;
- c) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- d) Entregar/executar o objeto, nas condições e quantidades solicitadas, no endereço e prazo indicado para cada item, a contar da solicitação feita por este Tribunal;
- e) Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, alimentação, equipamento, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços;
- f) Disponibilizar com antecedência, conforme disposto no Termo de Referência – Anexo I, antes do início da prestação de serviço, a infraestrutura/equipamentos necessária à execução do objeto em conformidade com a solicitação do TCE-MA;
- g) Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições de trabalho e de fatores que possam afetá-lo, não sendo levado em consideração qualquer argumento posterior de desconhecimento dessas condições;
- h) Atender as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização que será exercida pela Unidade de Infraestrutura – UNINF/TCE/MA, desta Corte de Contas;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- k) Comunicar à fiscalização do Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à prestação dos serviços ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- m) Apresentar para prestação dos serviços, profissionais capacitados e treinados dentro dos padrões de qualidade que assegurem a satisfação dos clientes diretos e indiretos;
- n) Desenvolver as atividades em conjunto com a Coordenação do evento;
- o) Designar e informar ao Contratante um profissional (Preposto, nome e telefone) para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, o qual reportar-se-á diretamente à Fiscalização contratual;
- p) Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pela FISCALIZAÇÃO os serviços que, a juízo desta, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- q) Substituir imediatamente, qualquer um dos integrantes da equipe de trabalho, em caso de falta, de execução dos serviços em desconformidade com o exigido e/ou se solicitado pela coordenação;
- r) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- s) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- t) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE;
- u) Fornecer sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº/.....- TCE/MA:

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, devidamente identificados, quando necessário, às dependências do TCE/MA;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos, relativos a esta contratação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- c) notificar a CONTRATADA quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax, e-mail ou retirada pessoalmente pela CONTRATADA;
- d) comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento/execução dos serviços objeto desta licitação e interromper imediatamente a sua aquisição, se for o caso;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- f) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- g) efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

l) Multa de:

- a) **5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso injustificado na execução do serviço, entendido como tal a não disponibilização do serviço contratado no horário previsto para a realização do evento, quando a conduta não se enquadrar como inexecução parcial ou inexecução total da obrigação;**
- a) **10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de execução dos serviços em desconformidade com as especificações, qualidades e quantidades determinadas no Termo de Referência e solicitação de serviço;**
- b) **20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;**
- c) **30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Estado do Maranhão poderá ser aplicada ao fornecedor acompanhado da de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Objetivando evitar dano ao Erário, o Secretário de Administração poderá adotar medida cautelar suspendendo o pagamento à Contratada na proporção de eventual multa a ser aplicada após a condenação em regular processo administrativo.

PARÁGRAFO QUARTO – As multas previstas neste Edital serão descontadas, após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pelo TCE-MA.

PARÁGRAFO QUINTO – Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou adjudicatário obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, através do DARE, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a este Tribunal, sob pena de cobrança judicial.

PARÁGRAFO SEXTO – Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições da Lei 14.133/2021, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

PARÁGRAFO SÉTIMO – A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

PARÁGRAFO NONO – As sanções descritas nesta Cláusula também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO – A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com as consequências contratuais previstas no mesmo instrumento legal, na Lei nº 10.520/02 e no Edital da licitação em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o respectivo Contrato, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS – Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021..

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO – Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021 e demais diplomas legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Luís (MA), de de

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO VI AO EDITAL

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

....., de de

A(O) Senhor(A)

Gestor(A) da Unidade de Finanças – UNFIN

Referente ao Processo nº ____/____

Encaminhamos em anexo a nota fiscal nº, no valor total de R\$
(.....) para que seja providenciado pagamento conforme informações abaixo:

EMPRESA:

IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO/ITEM:

OBJETO:

Nº DA NOTA DE EMPENHO:

Nº DO CONTRATO (SE HOUVER):

Apresentamos em anexo as CND de INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e CND Trabalhista no prazo de validade.

Atenciosamente,

.....
NOME (LEGÍVEL) DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANEXO VII AO EDITAL

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2025, que eu, _____, _____qualificação profissional_____, portador(a) do RG nº _____e do CPF nº _____, representante da empresa _____, estabelecida no(a) _____, compareci ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e vistoriei os locais onde serão realizados/executados a prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial, armada, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, objeto desta licitação, tomando plena ciência das condições e grau de dificuldade existentes.

Declaro que recebi todos os documentos e que tomei conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Declaro, ainda, que caso a empresa _____, venha a ser vencedora do certame, não alegará, posteriormente, o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do Contrato que for celebrado.

São Luís, de de 2026.

.....
Assinatura e carimbo do representante da empresa

Visto:

.....
Representante do TCE/MA
Matrícula ou carimbo

Observações:

Esta declaração deverá ser emitida em papel com timbre da empresa licitante e levada pelo licitante no momento da vistoria.